

EXPERIÊNCIAS COLETIVAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NA ARGENTINA

Edgard Leite de Oliveira

Apresentação

Este capítulo apresenta discussões como resultado da participação no Seminário Internacional: Educação emancipadora na atualidade, novas perspectivas na América Latina e no sul da Europa (*Educazione emancipativa nell'attualità Nuove prospettive in America Latina e sud Europa*). Esse evento foi coordenado pelo Departamento de Educação (DPE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pela Universidade de Siena (UNISI), na Itália, com a participação de pesquisadores e estudantes de 11 países, realizado entre os dias 23, 24, 25 de maio de 2023.

O Seminário foi concebido sob a abrangência da *Red Latinoamericana para el Cambio Social y el aprendizaje emancipatório*, que incluiu atividades permanentes de ensino e pesquisa, bem como a elaboração, organização e colaboração em pesquisas internacionais transversais.

O tema deste artigo, “*Experiências Coletivas de Educação do Campo no Brasil e na Argentina*”, insere-se na perspectiva de apresentar os avanços na temática de pesquisa realizada nos dois últimos anos, assim como alguns dos diversos resultados obtidos a nível de pós-doutorado, desenvolvidos no *Programa de Posdoctorado en Ciencias Humanas y Sociales*, *Programa de Estudios Regionales y Territoriales* (PERT), *Facultad de Filosofía y Letras*, *Instituto de Geografía da Universidade de Buenos Aires* (UBA), Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, entre os anos de 2022 e 2023. A pesquisa contou com o professor Lucas Henrique Pinto, referência em estudos agrários na América Latina, e no tema aqui pesquisado.

Além disso, o Pós-doutorado *Curto en Grupo de História Ambiental no Instituto Argentino de Nivología, Glaciología y Ciencias Ambientales (IANIGLA-CONICET)* do *Centro Regional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CRICYT)*, vinculado ao *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnica (CONICET)*, na *Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo)*, em Mendoza, Argentina. Durante essa pesquisa, apresentamos o tema: “*Educación del Campo en Brasil: Historia, Conceptos, Avances y Desafíos*”, no qual analisamos as experiências de educação do campo no Brasil no contexto das lutas pela Reforma Agrária. Foram exibidos alguns dados sobre a educação do campo no Brasil e na Argentina, enfatizando as contribuições que emergiram dessa experiência tanto no campo da educação quanto dos movimentos camponeses, além dos avanços da pesquisa de pós-doutorado realizado no Programa de Estudos Regionais e Territoriais do Instituto de Geografia (FFyL) da UBA¹.

Destacamos também, neste artigo, a pesquisa de campo iniciada na *Escuela Campesina de Agroecología (ECA)*, fundada em 2011, idealizada e apoiada pela *Unión de Trabajadores Sin Tierra (UST)*, parte do *Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI)*, localizada em Jocolí, no distrito de Lavalle, na província de Mendoza, Argentina.

Introdução

Ao propor pesquisar sobre a Educação do Campo no Brasil e na Argentina, emergem algumas questões conceituais. A primeira delas seria o conceito de “campo”, em que alguns autores e autoras elaboraram profundas pesquisas para diferenciar a Educação do Campo da Educação no Campo². Regressamos ao imaginário popular

¹ As atividades e a pesquisa foram realizadas no CONICET – Mendoza e na *Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo)*. Os seminários públicos, realizados em 09 e 10 de maio de 2023, foram realizados na *Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional de Cuyo*.

² SAVIANI, Dermeval. **Educação do campo: o que é e o que não é**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.36, n. 127, p. 643-662, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Siqueira da. **Educação do campo: concepções e perspectivas**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 1, n. 2, p. 28-42, 2006.

moderno, incorporado como pensamento intelectual e originário do pensamento institucional do Estado, que considera o Urbano como lugar da modernidade e o Rural como lugar do atraso.

Em países com forte tendência de produção agrícola para consumo interno e exportação, uma marca da colonização na América Latina, o processo de urbanização e industrialização tardia, em comparação com os países considerados desenvolvidos pela economia capitalista, marca o Rural como o lugar de reprodução do capital, de forma meramente utilitarista. Desta forma, o Rural produz *commodities*, produtos primários e alimentação para subsidiar as cidades e realizar exportações. As pessoas que vivem nesta região, portanto, precisariam somente da educação básica para atender às necessidades dessas produções³.

Nesta perspectiva, o Rural seria considerado um estágio não avançado da modernização, pensado, então, como uma defasagem a ser sanada para alcançar o estágio moderno necessário para o desenvolvimento dos Estados hodiernos no início do século XX. Essa visão fundamentou o olhar e as políticas públicas para a educação rural no Brasil e na América Latina, resultando na construção de espaços educativos modernos, prioritariamente escolas, para o desenvolvimento dos habitantes do meio rural. Essas escolas eram concebidas a partir das perspectivas das instituições modernas, ou seja, escolas urbanas implantadas no meio rural.

Os movimentos sociais e educacionais do campo questionam essa concepção, apontando as ineficiências e inadequações das perspectivas supramencionadas sobre a zona rural e seus habitantes. Eles propõem uma mudança de paradigma, em que essas regiões passariam a ser chamadas de Campo, entendido como um lugar de existência da vida em sua concepção mais ampla – natureza e humanidade –, com suas singularidades e diversidades: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, boias-

³ PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 37ª edição, 1987.

frias, assentados, mulheres camponesas, pescadores, sertanejos e várias outras categorias, que seriam denominados povos do campo.

O Campo seria lugar de vida e reprodução da mesma, além de produção de alimentos, preservação da natureza, sociabilidade, cultura, arte, costumes, cotidianos. Por isso, requer processos educativos que estejam em consonância com essa realidade apresentada.

O Campo no Brasil apresenta elementos singulares em relação ao tempo e ao espaço, mas também possui traços comuns ao restante da América Latina, onde emerge a luta pela terra, pela alimentação, pela sobrevivência e pelo direito à educação. A Educação do Campo, enquanto direito e necessidade, propõe uma nova perspectiva. Diferentemente da Educação Rural ou da Educação no Campo, que se configuravam como políticas de Estado, a Educação do Campo surge como uma construção coletiva.

Existem diversos movimentos sociais no campo brasileiro que levantam essas bandeiras,⁴ com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Uma de suas principais lutas é pela educação escolar no campo como parte integradora da reforma agrária. O MST defende não somente a criação de escolas nos assentamentos, mas também a necessidade de uma educação que se distancie do modelo convencional urbano, considerando as especificidades do meio onde o movimento está inserido (Caldart, 2003).

Historicamente, o campo é um espaço de contradições, onde os paradigmas supracitados coexistem com outras concepções em um mesmo momento histórico. A propriedade da terra e do capital se impõe através do Estado, exercendo forte legitimidade tanto no imaginário quanto na realidade da sociedade. A concepção de escola do campo parte, assim, da intenção de romper com a realidade opressora imposta aos sujeitos do campo nos seus territórios (Sá, Molina, 2012). Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escolas hegemônicas e ao projeto de educação proposto à classe trabalhadora pelo sistema do capital. (Sá, Molina, 2012, p. 324).

⁴ MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem terra; VIA CAMPESINA; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; entre outros.

Decidimos por apresentar essas questões como tema de pesquisa de pós-doutorado, cujos principais resultados destacamos aqui. Inicialmente, o objetivo da proposta foi a análise qualitativa e comparativa de duas experiências de Educação do Campo: uma no Brasil e outra na Argentina. Para essa análise, buscamos eixos comuns, como o trabalho e a educação. Os casos estudados foram o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no Brasil, e a Escola Nacional de Agroecologia (ENA), na Argentina. Essas experiências apresentam questões locais e globais de extrema importância para a educação latino-americana. A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em revisão da literatura, além de trabalho de campo e pesquisa participativa nas realidades estudadas em ambos os países.

Essa proposta de pesquisa foi publicada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), trazendo as primeiras abordagens teóricas relacionadas aos estudos que serão realizados ao longo do período de pós-doutorado.

Trajetória de Pesquisa

Em formato de artigo, *La lucha por el territorio como Principio Educativo en procesos de Educación del Campo de América Latina: estudio de caso en Brasil y Argentina* apresentou uma análise qualitativa e comparativa de duas experiências de Educação do Campo, uma no Brasil e outra na Argentina. As experiências analisadas foram o curso de graduação em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no Brasil, e a Escola Nacional de Agroecologia (ENA), na Argentina. O artigo discutiu como a luta pelo território, mediada pelo trabalho, constitui um eixo central nos processos educacionais camponeses, tanto na educação popular quanto na educação formal.

O trabalho conclui que é fundamental que as populações mais pobres do campo – camponeses, operários e camponeses sem terra –, se tornem participantes ativos nos processos educativos, tanto em termos de formação inicial e alfabetização nas organizações, quanto na

formação profissional em espaço universitários e técnico-produtivos. Destacando a importância dos diálogos de saberes entre organizações camponesas de diferentes países e da articulação entre saberes populares e tecno-científicos na construção da Educação do Campo, por meio da luta pela terra nos dois países. Desta forma, sementando a necessidade de aprofundamentos de pesquisas sobre temas transversais e a serem desenvolvidas na pesquisa no pós-doutorado.⁵

Desde o início da pesquisa, percebemos que, tanto do Brasil quanto na Argentina, o campo representa mais do que um lugar de produção de alimentos; ele também é um local na qual as relações de trabalho, permanentes ou sazonais, estão constantemente presentes. Avançamos nessa perspectiva ao aprofundar nosso conhecimento do campo na Argentina, explorando temáticas relevantes à pesquisa durante a Jornada de apresentação de pesquisas da Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA), realizada nos dias 20 e 21 de março de 2023.

As atividades e apresentações de pesquisas realizadas por mestrandos, doutorandos, doutorandos sanduíches e pós-doutorandos do programa de pós-graduação em Geografia da UBA proporcionaram um valioso conhecimento sobre temas de pesquisas em andamento, referenciais teóricos e a realidade Argentina. Além disso, essas experiências contribuíram para a atualização em questões gerais das ciências humanas, especialmente no que diz respeito ao campo e à educação do campo.

⁵ Artigo disponível em: <https://doi.org/10.18593/r.v47.29326>
<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/29326>

Figura 1 - Jornada de Apresentação de Pesquisa da Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA).



Fonte: autoria própria

Figura 2 - Jornada de Apresentação de Pesquisa da Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA).



Fonte: autoria própria

Assim como no Brasil, existem processos educativos em áreas rurais, bem como escolas no interior da Argentina desde o século XIX.

Porém, trata-se de experiências singulares e minoritárias. Hegemonicamente, a educação nas áreas rurais caracteriza-se por um ensino padronizado no modelo urbano, com base na cultura dos povos urbanos e na formação de professores em universidades distantes do campo. A marca desse modelo educacional urbano, que considera o campo como um espaço atrasado em relação ao processo de modernização, permanece até os dias atuais. No entanto, nas últimas três décadas, a pressão dos movimentos sociais impulsiona o avanço de um modelo educacional específico ao campo.

Podemos destacar que a educação do campo, tanto no Brasil quanto na Argentina, possui suas origens nos movimentos sociais do campo. No Brasil, essa educação foi impulsionada por organizações como as Ligas Camponesas, as Comunidades Eclesiais de Base, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de movimentos indígenas, quilombolas, ambientais, de agricultores familiares e sindicatos de trabalhadores rurais. Na Argentina, os movimentos sociais responsáveis por essa mobilização incluem grupos indígenas, agricultores, cooperativas rurais e imigrantes de outros países da América Latina, especialmente os bolivianos. É importante ressaltar que, ao contrário do Brasil, onde há uma discussão sobre Educação do Campo *versus* Educação no Campo, na Argentina, a educação voltada para as áreas rurais é unicamente denominada de Educação Rural.

Na busca pela consolidação da Educação do Campo no Brasil e por uma Educação Rural que represente as populações do campo na Argentina, os movimentos sociais do campo dialogam com diversos outros movimentos sociais ligados à educação popular nas periferias das grandes cidades, além de estabelecerem parcerias com universidades, licenciaturas e projetos de formação de professores.

Durante o trabalho de campo desta pesquisa, participamos do minicurso da Escola Nacional de Agroecologia (ENA), destinado à população do campo da Argentina. Ministramos conteúdos relacionados aos processos de Reforma Agrária e à Luta pela Terra no Brasil e na Argentina, com aulas voltadas para a população do campo de diversas regiões da Argentina. Além disso, elaboramos e

conduzimos uma oficina sobre os processos da Educação do Campo no Brasil e na Argentina. Ambas as atividades fizeram parte do Terceiro Módulo de Formação de Formadores, realizado pela ENA e apoiado pela *Federación Rural*, em Vieytes, distrito rural de Magdalena, província de Buenos Aires, nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2022⁶.

Figura 3 - Escola Nacional de Agroecologia (ENA), Argentina.



Fonte: autoria própria

O espaço educativo, além de ser um momento de formação para a população do campo, também compartilha perspectivas sobre os processos educativos necessários. Ele promove o intercâmbio de conhecimentos gerados na prática e no cotidiano, proporcionando avanços na educação do campo na Argentina.

⁶ Outros registros na página: <https://www.instagram.com/ena.agroecologia/>

Figura 4 - Escola Nacional de Agroecologia (ENA), Argentina.



Fonte: autoria própria

A convite de diversos movimentos sociais do campo e indígenas da Argentina, realizamos uma aula pública intitulada *Educación Del Campo y Reforma Agraria en el Siglo XXI*. O evento ocorreu na *Universidad Nacional de La Plata (UNLP)*, na *Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales*. Participaram da aula estudantes de diversos cursos da universidade, como *Ingeniería Agronómica*, *Ingeniería Forestal*, *Tecnicatura Universitaria en Agroecología* e *Tecnicatura Universitaria en Cultivos Protegidos y Ambientes Controlados*, além de professores, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais do campo de La Plata e da Cidade de Buenos Aires.

A atividade apresentou as necessidades no avanço da educação do campo e trouxe um amplo debate sobre as perspectivas de campo no Brasil e na Argentina.

Figura 5 - Cartaz de Divulgação.



Fonte: Estudantes da UNLP

Ademais, durante a pesquisa que publicamos neste artigo, realizamos, no âmbito do pós-doutorado, momentos de compartilhamento de pesquisa com membros da equipe de trabalho do *Programa de Estudios Regionales y Territoriales* (PERT). Essas reuniões presenciais ocorreram na *Facultad de Filosofía y Letras*, Instituto de Geografía da Universidade de Buenos Aires (UBA), no campus *Puan*, localizado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. As reuniões eram fixas às terças-feiras, das 14h às 19h, entre agosto de 2022 e julho de 2023. Durante esse período, participamos de atividades que incluíram a comunicação e orientação de pesquisas de mestrado e doutorado dos membros do grupo, orientação de trabalho de campo, e a realização de seminários, palestras, minicursos e aulas abertas de interesse comum e coletivo. Também contribuímos para a elaboração

de planejamentos de atuação na graduação e pós-graduação, além de aprofundar teoricamente o conteúdo do grupo de pesquisa.

Figura 6 - Programa de Estudios Regionales y Territoriales (PERT),
UBA.



Fonte: autoria própria

Figura 7 - Programa de Estudios Regionales y Territoriales (PERT),
UBA.



Fonte: autoria própria

Assim como na Argentina, várias universidades brasileiras desenvolveram projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração com movimentos sociais, incluindo os movimentos sociais do campo. Nesse contexto, durante a década de 1990, diversas iniciativas foram realizadas para elaborar uma formação superior em parceria com esses movimentos, consolidando direitos institucionais, desenvolvendo políticas públicas, assistência social e, sobretudo, promovendo a educação.

No artigo *La lucha por el territorio como Principio Educativo en procesos de Educación del Campo de América Latina: estudio de caso en Brasil y Argentina*, destacamos que, ao final dessa década, algumas iniciativas de Educação do Campo começaram a ser efetivamente implementadas nas universidades brasileiras⁷. A universidade ofereceu aos movimentos sociais a possibilidade de formalizar e ampliar os saberes educacionais formais, além de proporcionar a formação de professores para atuar no campo. Por outro lado, essa relação apresentou à universidade os conhecimentos dos povos do campo, trazendo um vasto arcabouço de saberes práticos e sistematizados, que contribuíram para a reconfiguração da ciência educacional.

Historicamente, no Brasil, a quantidade de escolas e de profissionais da educação sempre foi insuficiente para atender à demanda e às necessidades da população do campo. O Censo Demográfico Brasileiro de 2010⁸ revelou haver 5 milhões de analfabetos no campo, representando 23,3% do total de analfabetos do país (Molina e Sá, 2012). Por outro lado, o censo escolar de 2016⁹ indicou que quase 40% dos profissionais que trabalhavam nas escolas do campo no Brasil não possuíam nível superior, evidenciando uma enorme demanda por formação de profissionais com o perfil adequado para atuar na área.

⁷ Destaco a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com as experiências dos cursos de Pedagogia da Terra, Educação Indígena, assim como os diversos projetos de ensino extensão e pesquisa junto aos movimentos sociais do campo.

⁸ IBGE, 2010.

⁹ Censo escolar / INEP, 2016.

Apesar das experiências de formação de professores para a educação do campo em diversas universidades brasileiras, essas iniciativas eram insuficientes para atender à demanda quantitativa. Embora houvesse avanços qualitativos na capacitação, na elaboração de material didático e na formulação de políticas públicas, a necessidade ainda não era completamente suprida. Avaliando esse cenário, na primeira década dos anos 2000, iniciou-se um processo envolvendo organizações sociais e universidades públicas para a criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo em 42 instituições de ensino superior federais.¹⁰

O ano de 2012 marcou a implementação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, com a elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos, currículos, conteúdos e a contratação de professores e profissionais técnico-administrativos. Em 2014, começaram as primeiras turmas desses cursos, que estavam vinculados a uma política pública do governo federal. Entre as instituições que criaram a Licenciatura em Educação do Campo está a Universidade Federal de Viçosa (UFV). A primeira turma, que ingressou em 2014, contou com 120 alunos e o curso foi dividido em oito períodos ao longo de quatro anos.¹¹ A proposta pedagógica foi elaborada conforme as diretrizes do edital do governo e os princípios e marcos normativos da Educação do Campo.

A proposta inicial era que o número de matrículas anuais de 120 fosse reduzido progressivamente até 60 em 2021. No entanto, em dezembro de 2017, com a entrada das turmas de 2014, 2015, 2016 e 2017, o total de matrículas chegou a 321, abrangendo moradores de 82 municípios. Analisando a distribuição dos alunos por estado de origem,

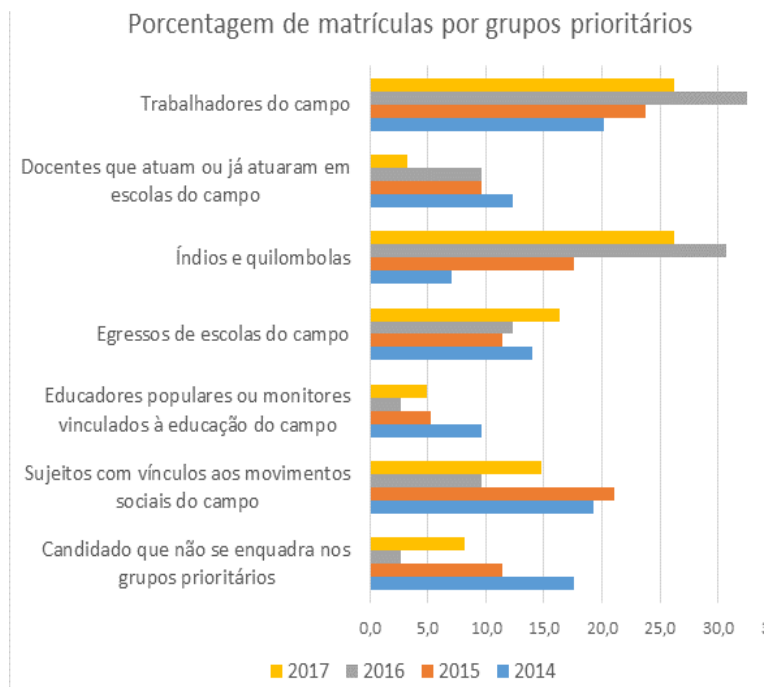
¹⁰ Edital de seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC.

¹¹ O autor deste artigo, é professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo de 2015 a 2023, ministrando as disciplinas: Mundo do Trabalho e o Campo; Práticas Educativas I: Pedagogia do Trabalho; Didática da Educação do Campo; Políticas Públicas Para o Meio Rural; Organização Econômica e Acesso à Mercados; Ecologia Política; Territórios e Educação do Campo.

conclui-se que 82% eram de Minas Gerais; 9% do Espírito Santo; 1,8% da Bahia; 1,8% do Rio de Janeiro e 0,3% da Paraíba¹².

Considerando-se os grupos prioritários a serem atendidos pela licenciatura, a divisão entre os estudantes fica a seguinte:

Figura 8 - Estudantes Educação do Campo UFV.



Fonte: Tatiana Pires Barrella

O ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV ocorria por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e por um exame específico, com cotas por categoria, como explicitado no gráfico. As cotas foram implementadas para evitar que candidatos com altas notas, mas oriundos de centros urbanos,

¹² Dados levantados e gráficos produzidos pela professora Tatiana Pires Barrella, coordenadora do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no ano de 2017.

prevalecessem, assegurando a inclusão de estudantes com vínculos mais diretos com o campo. Embora o ENEM represente um avanço significativo como política pública de seleção nacional e ingresso no ensino superior, ele ainda se baseia em notas como critério de mérito. A seleção específica de estudantes por origem e/ou vínculo de trabalho desafia a lógica histórica de acesso ao ensino superior e à formação de professores para o campo.

A relação entre povos do campo x universidade permeia todos os aspectos da relação educativa, incluindo ensino, pesquisa, extensão e atividades extracurriculares. Um exemplo notável é a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Apesar de o termo “defesa” sugerir uma defesa de um modelo específico de reforma agrária, a iniciativa oferece mais do que isso: é uma oportunidade para diálogo e debate sobre diferentes modelos para o campo, abrangendo discussões políticas, educacionais e sobre forma de viver e produzir no campo. Nos anos de 2017 e 2018, a UFV realizou duas edições da JURA, com palestras, mesas-redondas, cursos de curta duração, feira de alimentos e espaços culturais na universidade e nos assentamentos “Denis Gonçalves” e “Olga Benário”, localizados na Zona da Mata de Minas Gerais.

Escola Campesina de Agroecologia ECA- UST

A Escola Campesina de Agroecología (ECA) foi criada em 2011, idealizada e apoiada pela *Unión de Trabajadores Sin Tierra* (UST), parte do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), em Jocolí, distrito de Lavalle, província de Mendoza, na Argentina. A ECA-UST foi fundada para atender à necessidade de formação técnica para moradores do campo e é a única escola técnica administrativa socialmente na província de Mendoza. Além de oferecer diversas formações técnicas para agricultoras e agricultores, a escola também realiza a formação e a certificação ao nível de ensino médio. Para respeitar a dinâmica social dos estudantes, oriundos do campo, a escola adota um modelo de alternância, combinando períodos de estudo na

escola com tempo de estudo dedicado à comunidade, moradia e trabalho.

O desafio de conceber uma educação que atenda às especificidades das relações de trabalho em contextos distintos exige que as escolas do campo mantenham um diálogo constante entre trabalho e educação. Esse processo deve ser ajustado de maneira a garantir a viabilidade de ambos para os povos do campo. A esse processo damos o nome de Alternância, Alternância Educativa ou Pedagogia da Alternância. Segundo autoras e autores que pesquisam essas modalidades e projetos políticos pedagógicos (PPP), há distinções entres essas definições e práticas.

A Pedagogia da Alternância, uma abordagem eficaz para conciliar escola e trabalho na educação do campo, divide o tempo entre Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC). No TE, os estudantes permanecem no espaço escolar. Já no TC, eles retornam ao trabalho e à comunidade para colocarem em prática as teorias estudadas no TE¹³ e contribuir com os conhecimentos adquiridos para o retorno do Tempo-Escola. A Pedagogia da Alternância possibilita que os momentos educativos sejam mediados por metodologias e instrumentos educacionais que elaboram um processo de ensino-aprendizado mais profundo e mais próximo da realidade dos estudantes do campo.

A Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST), além dos cursos técnicos pós-ensino médio, denominados na Argentina como Terciários, oferece formações nas áreas de *Tecnicatura en Agronomía con Especialización en Agroecología*, *Maestro de Formación Inicial Rural* e *Técnicos em Economía Social*. A escola também ministra cursos de alfabetização para agricultoras e agricultores que não completaram a escolaridade na idade apropriada ou que precisavam iniciar a escolarização.

¹³ Importante estudo sobre Pedagogia da Alternância no Brasil, Link: http://educmg.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo2016/2016_EDUCACAO_DO_CAMPO_PRATICA_EM_EDUCACAO_DE_JOVENS_E_ADULTOS_FORMACAO_DE_PROFESSORES_E_ALTERNANCIAS_EDUCATIVAS.pdf

Além desses níveis de escolarização, a ECA-UST, que conta com uma infraestrutura construída coletivamente pelos movimentos sociais e sindicais, serve como sede de diversas formações promovidas por entidades dos movimentos sociais. A instituição acolhe cursos de formações de curta e média duração oferecidos por diferentes organizações, ampliando assim seu papel como centro de formação e capacitação para a população rural. Ademais, a ECA-UST se financia por meio de recursos públicos estaduais destinados à formação técnica e à alfabetização, além de parcerias com os movimentos sociais do campo e participação social.

Durante o pós-doutorado, realizamos uma pesquisa de campo na escola, que consistiu em visitas de campo, entrevistas com professoras e professores, monitoras e monitores, estudantes e funcionários. Além disso, tivemos acesso a documentos administrativos e a pesquisadoras e pesquisadores que estudam a escola.

A infraestrutura da escola destaca-se por seus ambientes amplos, arejados, bem estruturados e organizados. Os espaços educativos são projetados para permitir uma diversidade didática e acomodam a variedade de capacidade das pessoas.

Figura 9 - Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST), Mendoza.



Fonte: autoria própria

Figura 10 - Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST),
Mendoza.



Fonte: autoria própria

Os espaços educativos na escola dialogam com princípios de arquitetura e bioconstrução, com espaços abertos, arte e muralismo. A infraestrutura inclui mesas, cadeiras e dois grandes salões, que permitem a realização de atividades artísticas, como teatro, dança, apresentações musicais, bem como outras atividades que exigem mais espaço físico.

Figura 11 - Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST),
Mendoza.



Fonte: autoria própria

Figura 12 - Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST),
Mendoza.



Fonte: autoria própria

A escola também possui plantações de legumes e um viveiro de animais. Esses espaços funcionam tanto como laboratórios educativos para os cursos técnicos quanto como fontes de renda para a escola, com a produção sendo vendida em feiras locais.

Entre as pesquisadoras e pesquisadores que se destacam no estudo da realidade camponesa na Argentina e na Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST), destacamos Marta Greco, Rocio Daniela Peterle, María Sol Couto, Cintia Soledad e Oscar Soto.

Durante a visita de campo realizada em maio de 2023, a escola havia sido fechada pelo governo da província de Mendoza. A comunidade escolar, incluindo docentes, pesquisadores e movimentos sociais do campo, se mobilizava contra essa medida.

Conforme destacamos na introdução deste capítulo, o campo é historicamente um palco de contradições, em que diferentes paradigmas coexistem no mesmo momento histórico. A propriedade da terra e do capital é imposta pelo Estado, adquirindo forte legitimidade no imaginário e na realidade da sociedade. A concepção

de escola do campo surge da intenção de romper com a realidade imposta aos sujeitos do campo em seus territórios. As escolas do campo são conquistas reivindicadas pelos movimentos sociais, que não se limitam à construção física das escolas, mas também à sua manutenção e permanência.

O processo de fechamento das escolas do campo é uma realidade contemporânea que apresenta similaridades tanto no Brasil quanto na Argentina. As autoras Lanna Cecília Lima de Oliveira e Luana Patrícia Costa Silva, juntamente com o autor Matheus Ferreira da Silva, publicaram um importante artigo na Revista Teias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulado “FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: entre os territórios de articulação, resistência e luta”¹⁴.

Neste estudo, as autoras e autor destacam:

O fechamento das escolas do campo tornou-se uma prática vinculada a concepções políticas... Entre os anos de 2018 a 2021, foram fechadas um total de 4.052 escolas do campo no Brasil. O recorte temporal apresenta um panorama da realidade que o campo brasileiro vive hoje, situação esta que continua avançando consideravelmente e que, consequentemente, leva o território do campo a permanecer sendo historicamente relegado a uma cultura de expulsão de camponeses. A região Nordeste é a mais afetada pelo fechamento, com um número de 2.883 escolas, correspondendo a mais de 70% do total de escolas fechadas no Brasil (Oliveira; Silva, L.; Silva, M., 2023).

Sobre o fechamento da Escola Campesina de Agroecologia (ECA-UST), realizamos uma longa entrevista com o pesquisador Oscar Soto, que apresenta a possibilidade de elaborar um estudo sobre esse processo em estudos e publicações futuras.

¹⁴ Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v24n72/1982-0305-teias-24-72-0330.pdf>

Principais resultados e desafios

O objetivo deste artigo foi analisar de forma qualitativa e comparativa algumas experiências de Educação do Campo no Brasil e na Argentina. Para isso, foram considerados diversos resultados de pesquisa a nível de pós-doutorado, realizado no *Programa de Posdoctorado en Ciencias Humanas y Sociales, Programa de Estudios Regionales y Territoriales* (PERT), *Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Geografía da Universidad de Buenos Aires* (UBA), Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, entre 2022 e 2023. Adicionalmente, também foram consideradas as pesquisas realizadas durante o Pós-doutorado *Curto en Grupo de Historia Ambiental no Instituto Argentino de Nivología, Glaciología y Ciencias Ambientales* (IANIGLA-CONICET) do *Centro Regional de Investigaciones Científicas y tecnológicas* (CRICyT), vinculado ao *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y técnica* (CONICET) e à *Universidad Nacional de Cuyo* (UNCuyo), em Mendoza, na Argentina.

A proposta de estudo apresentada, juntamente com as experiências investigadas, sublinha a necessidade de elaborar, implementar e avaliar políticas públicas para a educação do campo na América Latina. O desafio das políticas públicas começa pela necessidade de enfrentar o debate público sobre a educação de que os setores populares necessitam e exigem, considerando a diversidade, a multiplicidade e as singularidades sociais do seu espaço de vida e de trabalho.

Destacamos também, neste artigo, a pesquisa de campo iniciada na Escola Campesina de Agroecología (ECA), criada em 2011 e idealizada e apoiada pela *Unión de Trabajadores Sin Tierra* (UST), parte do *Movimiento Nacional Campesino Indígena* (MNCI), em Jocolí, distrito de Lavalle, província de Mendoza, na Argentina.

Além da necessidade de políticas públicas para a educação do campo, a pesquisa revelou diversos desafios e processos dialéticos que definem a concepção de educação do campo, os quais procuramos problematizar na pesquisa desde o seu início. As diferenças e antagonismos entre as distintas concepções de educação do campo

manifestam-se em todos os níveis educacionais: básico, secundário, superior, técnico e universitário. Esses processos também se refletem nas iniciativas de formação política, alfabetização e transição agroecológica promovidas e exigidas pelas organizações camponesas-indígenas do Brasil e da Argentina no âmbito da educação popular.

Este artigo apresenta uma trajetória de pesquisa que, inicialmente, se baseava em dados primários e referências bibliográficas sobre a proposta de estudo, publicados em diversos artigos que abordam comparações entre a Educação do Campo no Brasil e na Argentina. A pesquisa também decorre da experiência docente e da licenciatura em Educação do Campo.

Posteriormente, o trabalho forneceu dados empíricos obtidos em campo nas províncias de Buenos Aires e Mendoza, na Argentina. Esses dados avançam na compreensão da realidade camponesa em ambos os países, destacando os desafios enfrentados em processos embrionários e promissores, que foram prematuramente interrompidos com o fechamento das escolas do campo. O estudo também apresenta outras temáticas que ainda precisam ser exploradas.

O artigo apresentou uma trajetória de investigação que, desde a sua concepção, necessitava de diversos aprofundamentos, alguns sanados com o decorrer da pesquisa, enquanto outros permanecem como possibilidades para investigações futuras da mesma autoria, podendo também servir como referência para estudos e pesquisas sobre os temas abordados neste artigo.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em movimento** – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo Sem Fronteiras, 2003.

ARROYO, Miguel G. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 5. ed., 2004.

BEGNAMI, João Batista. **Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil**: Brasília. Cidade, 2004. (Unefab Documento Pedagógico).

CALDART, Roseli Salet. A escola do campo em movimento. *In*: **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salet. Educação do Campo. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2012.

CALDART, Roseli Salet. **Movimento Sem Terra**: lições de pedagogia. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 50-59, 2003.

CALDART, Roseli Salet. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (org.) **Sobre Educação do Campo**. Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília, DF, 2008.

CHARTIER, Daniel. **À l'aube des Formations par Alternance**: histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural. 2. éd. Paris: L'Harmattan, Unmfreo, 2003. (Coll. Alternances et Développements).

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2012.

MST. II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária II ENERA- **Textos para estudo e debate**. Boletim da Educação. n. 12- edição especial, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Lanna Cecília Lima de; SILVA, Luana Patrícia Costa; SILVA, Matheus Ferreira. Fechamento das escolas do campo: entre os territórios de articulação, resistência e luta. **Revista Teias**. UERJ, 2023.

PINHEIRO, Geraldo Augusto. Educação no campo: desafios e perspectivas. In: XXVII Congresso Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004.

PINTO, Lucas. Henrique. “Agroecología y recampesinización cualitativa en el agro argentino contemporáneo (2014-2019).” **Boletín De Estudios Geográficos**, (113), 2020.

PINTO, Lucas. Henrique. La influencia de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) en la formación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): breve análisis teórico-documental del papel de la religión en los conflictos sociales en Brasil. (1954-1984). **Revista Estudios Sociales**, Bogotá, 2015.

PINTO, Lucas. Henrique. “Soberanía alimentaria, justicia ambiental y resistencia campesina territorial frente a los cambios metabólicos del libre comercio: apuntes teóricos y empíricos desde la experiencia mexicana”. **Razón y Palabra**. Dossier “Prácticas alimentarias desde una perspectiva sistémica completa”. v. 20, n. 3_94 jul. - Quito-Ecuador, 2016.

PINTO, Lucas. Henrique. Trayectorias de la Reforma Agraria en América Latina, de política pública y consigna revolucionaria a una demanda ecologista: esbozos de un análisis teórico-conceptual. In: SALOMÓN, Alejandra; RUFFINI, Marta. **Estado, ciudadanía y políticas públicas**. Rosario: Prohistoria, 2013.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 23. ed., 1994.

PINTO, Lucas. Henrique. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 37. ed., 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do campo**: o que é e o que não é. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 2006.

SILVA, Antônio Carlos Siqueira da. **Educação do campo**: concepções e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, 2006.

SILVA, Lourdes Helena da. A Educação do Campo em foco: avanços e perspectivas da Pedagogia da Alternância em Minas Gerais. *In*: 28a REUNIÃO ANUAL DA ANPED (GT MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, n. 3). 2005. **Anais**. Caxambu: Anped, 2005.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias? Viçosa, MG: UFV, 2003.

SILVA, Lourdes Helena da. **Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo**: a alternância pedagógica em foco. Disponível em:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/760/780>.

SOTO, Oscar. Autonomias territoriales indígenas y campesinas em América Latina: Tensiones, disputas y avances frente a los gobiernos de derecha in: **Estado, democracia y movimientos Sociales**: persistencias y emergencias em el siglo XXI. PINHEIRO BARBOSA, Lia; SOTO, Oscar; GONZALEZ, Maria Isabel; MARTINEZ Navarrete, Edgars, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2023

SOTO, Oscar. **Campesinado y contrahegemonia**: Política y resistencia em los movimientos populares de América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2023.

WAGNER, Lucrécia Soledad. Ambientalización de conflictos, ecología política y justicia ambiental: aportes brasileños al análisis de conflictos ambientales en Argentina. Dossiê Identidades e Representações Sociais. v. 4, **Revista Latino-Americana de História**, 2015.